



PODER

Corrida para segurar o preço do combustível

Senado deve votar, quarta-feira, PLs que tentam impedir que disparada do petróleo empurre inflação e bata no consumidor

» VICTOR CORREIA

O Senado discute, nesta semana, as medidas para a redução dos preços dos combustíveis. A casa vota na sessão de quarta-feira o Projeto de Lei (PL) 1.472/2021 e o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que pretendem promover um alívio no bolso do consumidor e evitar o impacto generalizado que o alto preço do petróleo pode ter no mercado nacional. Os projetos assumem lugar de destaque agora depois da disparada no preço do barril de petróleo do tipo Brent — que é usado como referência internacional — causado pela invasão da Ucrânia. Na abertura do mercado asiático, ontem à noite, o valor chegou a US\$ 139,13 (aproximadamente R\$ 706).

A Rússia é o segundo maior produtor de petróleo e derivados do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos — segundo os mais recentes dados da Agência Internacional de Energia (IEA, sigla em inglês). Até o momento, a Petrobras não repassou a alta para os consumidores — a projeção é de que a situação não dure muito.

Os projetos foram colocados em pauta em 16 de fevereiro, mas o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu adiar a votação. A crise internacional forçou o tema a voltar ao centro das discussões na Casa e tem apoio do presidente Jair Bolsonaro, que teme o impacto da inflação na sua popularidade.

O PL 1.472/2021 estabelece a criação de diretrizes de preços para diesel, gasolina e GLP, além de instituir imposto de exportação sobre o petróleo bruto e de criar um Fundo de Estabilização para os preços — que seria composto pelas royalties da venda do petróleo. O relator do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), estima que os preços dos combustíveis nas bombas podem diminuir entre R\$ 1 e R\$ 1,50 até o final do ano, caso haja aplicações suficientes nesse fundo regulador.

“A conta é que a cada R\$ 500 milhões investidos, R\$ 0,10 são reduzidos na bomba. O dinheiro que nós previmos para a conta são divididos da Petrobras pagos ao governo, royalties e demais participações na indústria que são proporcionais ao preço do petróleo. A ideia é o governo devolver o lucro extraordinário à população”, salienta o senador.

Já o PLP 11/2020 propõe alterações na cobrança do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados. A proposta é que o tributo seja aplicado sobre o litro do combustível um valor fixo, e não por um percentual no valor final da compra, como é hoje.

Campanha

Medidas para reduzir os preços dos combustíveis já fazem parte da disputa eleitoral. Na semana passada, o ex-presidente e pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, em suas redes sociais, que manteve gasolina, diesel e gás ancorados ao real brasileiro e que pretende retomar a medida caso ganhe a eleição. Ele afirmou que “não existe nenhuma razão técnica, política ou econômica” para que a Petrobras dolarize os preços.

Ciro Gomes (PDT) também criticou o atrelamento à moeda americana, culpando o governo Bolsonaro. O pré-candidato defendeu, na última quinta-feira, a mudança da política de preços da estatal, mas criticou também os projetos no Senado. “Para enganar, estão votando leis que não vão funcionar. É o mesmo que colocar água na gasolina”, afirmou.

Já a senadora Simone Tebet (MDB-MS) reuniu-se, na última sexta-feira, com a diretoria da Petrobras para discutir o tema e defendeu a aprovação do PL 1.472/2021. “Não é o ideal subsidiar energia fóssil, mas é extremamente necessário. E mais do que urgente com o barril custando US\$ 110”, disse.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Projetos foram reintroduzidos na pauta do Senado após preço do barril do Brent subir e passar dos US\$ 110 no mercado internacional

Landim, nome de Bolsonaro na Petrobras

O presidente do Flamengo, Rodolfo Landim, foi indicado pelo governo para a presidência do Conselho de Administração da Petrobras. Substituirá o almirante Eduardo Bacellar Ferreira, que anunciou a saída do cargo alegando querer passar mais tempo com a família. A eleição do novo colegiado será em 13 de abril.

Landim tem laços estreitos com Bolsonaro e posou, no Palácio do Planalto, entregando a ele uma camisa do clube. Nos bastidores, especula-se que o cartola do futebol será o executor da política de preços do presidente, crítico do atrelamento dos preços internos à variação do mercado global do petróleo.

A mudança no conselho vem num momento de pressão de Bolsonaro sobre Joaquim Silva e Luna, presidente da Petrobras, devido dos preços dos combustíveis. O general tem seguido a política de Preço de Paridade de Importação, criada em 2016, que promove reajuste dos combustíveis em linha com os mercados internacionais. Isso tem sido feito, mas em intervalos maiores do que os adotados pelos presidentes anteriores da empresa. Desde 12 de janeiro, a estatal não mexe no valor dos combustíveis.

Landim não é neófito no setor: foi presidente da Gás Petro e da Petrobras Distribuidora, entre 2003 e 2006. Também trabalhou em empresas da área de petróleo e mineração. Mas, em novembro passado, foi denunciado pelo Ministério Público Federal por prejuízos a um fundo de pensão.

De acordo com o MPF, ele é mais três pessoas — Demian Fiocca, Nelson José Guitti Guimarães e Geoffrey David — praticaram gestão fraudulenta ao aplicar os recursos do FIP Brasil Petróleo 1 na empresa americana DeepFlex Inc., cuja sede fica em

Houston, nos Estados Unidos. A denúncia foi feita à 10ª Vara Federal Criminal.

A lista de candidatos para o Conselho de Administração tem Landim, Luna, Carlos Eduardo Lessa Brandão, Luiz Henrique Caroli, Márcio Andrade Weber, Murilo Marroquim de Souza, Ruy Flaks Schneider e Sonia Julia Sulzbeck Villalobos. Para o Conselho Fiscal, os nomes são Agnes Maria de Aragão da Costa, Marisete Fátima Dadald Pereira, Sérgio Henrique Lopes de Sousa, Alan Sampaio Santos, Janete Duarte Mol e Otavio Ladeira de Medeiros.

Disputa ao Planalto começa a se afunilar

» MICHELLE PORTELA
» BERNARDO LIMA*

Os recentes resultados das pesquisas eleitorais para a corrida presidencial, nas quais o presidente Jair Bolsonaro (PL) vem tirando, gradativamente, a diferença para a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), confirmam o começo do afunilamento da disputa. Mesmo porque, a depender do desempenho dos outros nomes postos na corrida ao Palácio do Planalto, começarão as pressões para que se retirem da corrida e avaliem coligações competitivas. Nessa seara, os nomes de Sérgio Moro (Podemos), João Doria (PSDB), Ciro Gomes (PDT) e Simone Tebet (MDB) são os que mais estão na vitrine.

Para o cientista político André Pereira César, as candidaturas de Bolsonaro e Lula estão consolidadas, sobretudo pela liderança nas pesquisas. Mas ele enxerga que, no pelotão de trás, começa a se formar uma disputa interessante e que promete fortes emoções eleitorais: a da terceira via.

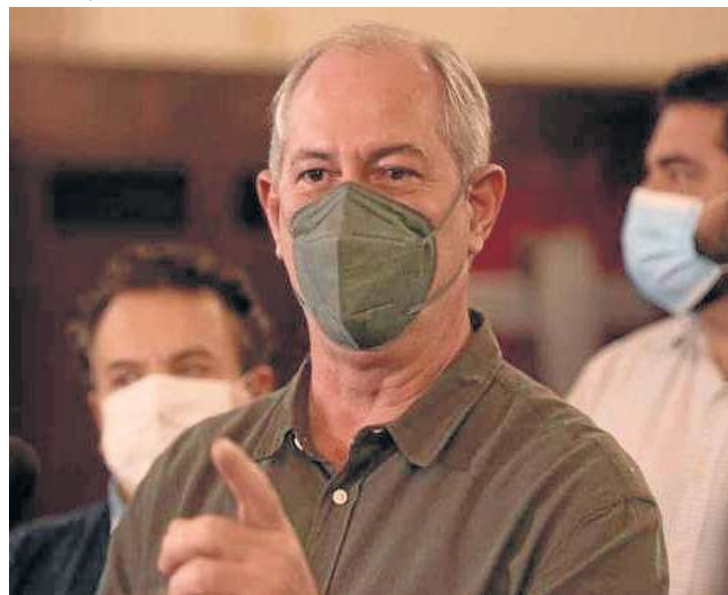
César observa esse espectro político como dividido em dois blocos. O primeiro tem Moro e Ciro disputando os votos entre si. Os dois se apresentam com um discurso anti-Bolsonaro, anti-Lula e anticorrupção que agrada ao eleitor em busca de uma opção à polarização que se apresenta até agora. Mas os pontos de contato terminam aí. O pré-candidato do PDT é feroz crítico do ex-juiz da Lava-Jato, a quem acusa de ter rasgado a Constituição e o Direito Penal nas decisões que tomou à frente da operação.

O segundo bloco, na visão de César, é composto por pré-candidatos que, para ele, devem naufragar por falta de musculatura. “Vejo, no máximo, quatro candidaturas minimamente competitivas: Lula, Bolsonaro, Ciro e um representante de uma união em torno de Moro, (Simone) Tebet ou (João) Doria”, avalia.

Pouco espaço

Professor da Fundação Getúlio Vargas e cientista político,

Túlio Santos/DA Press



Ciro é visto como um candidato que se manterá até o final

Sérgio Praça também vê margem mínima para mudanças no panorama da corrida presidencial até outubro. “Acho que tem espaço para Lula, Moro, Bolsonaro, Ciro e, talvez, mais uma candidatura da centro-direita

ou de direita”, aponta. Ele destaca que não vê capacidade de avançar nas campanhas do tucano Doria e de Ciro. “Eu os descartaria. Falando de potencial de crescimento, acho que o Eduardo Leite (governador



Vejo, no máximo, quatro candidaturas competitivas: Lula, Bolsonaro, Ciro e um representante de uma união em torno de Moro, Tebet ou Doria”

André Pereira César, cientista político

alternativa nesse campo”, prevê.

No caso de Leite, o professor da FGV avalia que o governador entra na disputa com um objetivo fundamental: tornar-se conhecido do eleitor de Norte a Sul. “Não precisa entrar para ganhar agora. Ele se beneficiaria apenas se mostrando como candidato, como alternativa, para se fazer conhecido. Já que não quer se reeleger governador, a melhor opção parece ser tornar-se candidato pelo PSD mesmo”, diz. O partido de Gilberto Kassab, porém, tem o senador Rodrigo Pacheco (MG) como o nome colocado para a disputa ao Planalto, e Leite só será alternativa se o parlamentar desistisse do projeto.

O professor ainda destaca que Moro, Doria e Leite como candidatos congestionaria o estrato político pelo qual se apresentam. “São do mesmo campo ideológico, são três alternativas de centro-direita a Bolsonaro e Lula. Não tem por que todos serem lançados”, observa.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi